



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E  
CONTABILIDADE  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**PHELIPE SILVEIRA DE OLIVEIRA**

**ANÁLISE FINANCEIRA MUNICIPAL: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO  
DE FORTALEZA, DE 2009 A 2012, A PARTIR DOS DEMONSTRATIVOS  
FINANCEIROS DISPONIBILIZADOS PELO FINBRA E PELA SEFIN DE  
FORTALEZA**

**FORTALEZA**

**2013**

**PHELIPE SILVEIRA DE OLIVEIRA**

**ANÁLISE FINANCEIRA MUNICIPAL: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO  
DE FORTALEZA, DE 2009 A 2012, A PARTIR DOS DEMONSTRATIVOS  
FINANCEIROS DISPONIBILIZADOS PELO FINBRA E PELA SEFIN DE  
FORTALEZA**

Artigo submetido à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Nrieli de Saraiva Coelho e Cavalcante.

Co-orientadora: Joyce Arrais de Araújo Andrade.

**FORTALEZA**

**2013**

# ANÁLISE FINANCEIRA MUNICIPAL: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DE 2009 A 2012, A PARTIR DOS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS DISPONIBILIZADOS PELO FINBRA E PELA SEFIN DE FORTALEZA

Phelipe Silveira de Oliveira

Joyce Arais de Araújo Andrade

Nrieli de Saraiva Coelho e Cavalcante

## RESUMO

Atualmente, percebe-se uma tendência de aperfeiçoamento da gestão administrativa, e por consequência, da gestão financeira dos entes públicos, provocada pela mudança da legislação, pressão popular e necessidade de aproximação da contabilidade pública brasileira com a internacional. Tendo em vista essa nova realidade, desenvolveu-se um trabalho que tem como objetivo geral analisar a situação financeira do Município de Fortaleza, no período de 2009 a 2012, a partir dos demonstrativos financeiros disponibilizados pelo Tesouro Nacional através do Sistema Finanças do Brasil (FINBRA) e pelas informações apresentadas nos Balanços Gerais dos anos em análise, publicados pela Secretaria de Finanças da Prefeitura de Fortaleza. Classifica-se a pesquisa quanto aos objetivos como descritiva, sendo feito um estudo de caso, utilizando a pesquisa bibliográfica e a documental como procedimentos, a partir de uma abordagem qualitativa dos dados. Na análise realizada, constata-se uma melhora da situação financeira de Fortaleza no período, principalmente em 2012, que foi beneficiada pelo aumento da liquidez, destacando-se a de curto prazo, melhora dos índices de endividamento, aumento da eficiência de gestão dos ativos, especialmente os de longo prazo, e pela evolução do superávit patrimonial, melhorando a retorno do capital próprio e do ativo total.

**Palavras-Chave:** Administração Pública, Análise Financeira, Indicadores.

## 1. INTRODUÇÃO

A mudança da legislação e a pressão popular estão forçando cada vez mais o aperfeiçoamento da administração pública. Consequentemente, necessita-se melhorar a gestão financeira.

Um dos instrumentos legais que vieram impor esse aperfeiçoamento foi a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como comenta Freire *et. al.* (2007, p. 15):

Desde o ano 2000, quando o Brasil passou a contar com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os gestores públicos têm uma legislação que os obriga a buscar permanentemente o equilíbrio das finanças públicas nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal). [...] A LRF entrou em vigor impondo à administração pública a indução ao equilíbrio de suas contas, através de um balanço autossustentável a partir de operações correntes e, portanto, sem aumento da dívida pública [...].

Dentre os níveis de governo, a esfera municipal é a que tem maior conhecimento para intervir nas problemáticas locais. Mátias e Campelo (2000) afirmam que o município apresenta as condições mais adequadas para a formação de um quadro nacional de mocrático e onde são geradas as situações mais favoráveis de intervenção, visando à busca de padrões mais compatíveis com o considerado ideal.

A divulgação e meios eletrônicos das demonstrações contábeis dos entes públicos permite que a análise da situação financeira de um município possa ser realizada por consulta digital. Esse fato favorece o acesso a tais informações e facilita a comparação com as de outros entes. Dessa forma, pode ser feita uma análise mais completa dos problemas de cidades com características parecidas ou que compõem uma determinada região. Levando em consideração a busca pela melhoria da gestão dos recursos públicos, qual foi o comportamento da situação financeira do município de Fortaleza no período estudado?

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a situação financeira do Município de Fortaleza, no período de 2009 a 2012, a partir dos demonstrativos financeiros disponibilizados pelo Tesouro Nacional através do Sistema Finanças do Brasil (HNBR), que é um sistema criado pelo tesouro para tornar em públicas as informações contábeis dos entes municipais e pelas informações apresentadas nos Balanços Gerais dos anos e análise, que são publicados pela Secretaria de Finanças da prefeitura de Fortaleza.

Para alcançar o objetivo geral, foram definidos como objetivos específicos:

- Verificar a composição e evolução da liquidez e do endividamento do ente através da análise por meio de índices.
- Avaliar a contribuição da gestão dos ativos na formação do resultado.
- Realizar análises horizontais e verticais das demonstrações patrimoniais do período estudado.

Diante do exposto, desenvolveu-se um trabalho para apresentar uma forma de interpretação dos demonstrativos financeiros municipais, como intuito de fornecer informações que possam contribuir com a tomada de decisões, auxiliando o gestor a realizar uma melhor utilização dos recursos públicos, consequentemente, podendo proporcionar maior benefício à sociedade. A metodologia da pesquisa parte de um estudo de caso, baseado em uma pesquisa bibliográfica e documental. Classifica-se quanto aos objetivos como uma pesquisa descritiva, apresentando uma abordagem qualitativa dos dados.

Este trabalho foi dividido em cinco seções. A primeira corresponde à introdução. A segunda corresponde ao referencial teórico necessário ao desenvolvimento da pesquisa, sendo dividido em duas subseções: Finanças públicas, que apresenta as ferramentas legais e os demonstrativos financeiros necessários à administração financeira municipal; e Análise financeira municipal, que discorre análise vertical, horizontal e por meio de índices que podem ser aplicadas aos demonstrativos financeiros municipais. A terceira seção explica a metodologia utilizada na pesquisa. A quarta demonstra os resultados da análise feita nas

de demonstrações contábeis do município de Fortaleza. A última seção apresenta as considerações finais do trabalho.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Finanças Públicas

Para que seja explicado o funcionamento das finanças públicas é preciso expor o conceito de administração pública. Segundo Araújo e Arruda (2004, p. 2), “administração pública é o conjunto coordenado de funções que visa à boa gestão da res pública (ou seja, da coisa pública), de modo a possibilitar que os interesses da sociedade sejam alcançados”. Dessa forma, rege a administração pública o dever da prestação do serviço público, seja direta ou indiretamente, visando alcançar resultados a satisfazer as necessidades da população, sendo indispensável uma boa gestão dos recursos financeiros.

A Constituição Federal de 1988 instituiu maiores responsabilidades para o poder público em relação à sociedade, atuando no setor político, administrativo e financeiro. O município possui responsabilidades sobre a população situada em seu território, sendo também responsável a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico da região.

A Administração financeira dos órgãos públicos é regida basicamente por duas ferramentas legais: Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, que apresenta as normas gerais de direito financeiro para que sejam elaborados e controlados os orçamentos e demonstrativos das três esferas administrativas públicas, e a Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem como objetivo melhorar a gestão das contas públicas no Brasil.

A Lei nº 4320/64, em seus artigos 34 e 35, dispõe que o exercício financeiro coincidirá com o ano civil e a este pertencem as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Assim entende-se por exercício financeiro o período entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Em cada exercício, a administração pública realiza a execução orçamentária e de mais ações como ato administrativo, promovendo movimentações nos elementos patrimoniais do ente público.

No art. 101, a Lei nº 4320/64 normatiza que os resultados referentes ao exercício financeiro serão apresentados a partir das seguintes ferramentas: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

O Balanço Orçamentário “demonstra as receitas orçamentárias previstas, suas execuções e suas referências, bem como as despesas orçamentárias fixadas, suas execuções e diferenças” (SLOMSKI, 2003, p. 156). Dessa forma, permite a avaliação da qualidade da previsão das receitas e despesas.

De acordo com Araújo e Arruda (2004, p. 170), O Balanço Financeiro “espelha a movimentação dos recursos financeiros do Estado, demonstrando seu saldo inicial, os ingressos (receitas), os egressos (despesas) e o saldo apurado no exercício corrente que será

transferido para o próximo exercício”. Assim evidencia como estão sendo arrecadados e onde estão sendo gastos os recursos financeiros.

“O Balanço Patrimonial é um relatório contábil que reflete o resultado dos registros e a situação patrimonial estática da entidade naquele momento, e mter nos do seu conjunto de bens, direitos, obrigações e patrimônio líquido” (MAUSS, 2012, p. 131). Logo, permite avaliar a composição do patrimônio do ente no determinado exercício.

Conforme Slonski (2008, p. 162), a Demonstração das Variações Patrimoniais “evidencia as variações patrimoniais ocorridas durante o exercício financeiro, apresentando ao final o resultado patrimonial da entidade durante aquele período”. O STN pela portaria nº 751 compara a DVP com a Demonstração do Resultado do Exercício na área empresarial, afirmando que os dois demonstrativos assemelham-se quanto a função de apurar as alterações verificadas no patrimônio. A DRE apresenta apenas variações quantitativas, enquanto a DVP, quantitativas e qualitativas.

A LRF em seu art. 1º, parágrafo 1º dispõe sobre a responsabilidade da gestão fiscal:

Parágrafo 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, e que se previne riscos e corrige m desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (BRASIL, 2013).

Percebe-se que é ressaltada a importância da atuação do gestor público, além de apresentar suas diretrizes. Ao fixar limites para os gastos públicos, amplia ainda mais a necessidade de profissionalização e transparência da gestão pública municipal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 48, reforça a importância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais institui a ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público aos Planos plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias, Leis Orçamentárias Anuais, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

O cenário atual apresenta uma preocupação com o alinhamento da contabilidade pública brasileira com os padrões internacionais. Por esse cenário, a legislação brasileira está instituindo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT's), com o objetivo de adequar a contabilidade pública nacional com a internacional.

Visando o cumprimento da legislação vigente e seguindo as tendências internacionais, a resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.133/2008 aprovou a NBCT 16.6 que estabelece demonstrações contábeis públicas além das previstas na 4320/64, quais sejam Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) e Demonstrativo de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

A DFC é definida nos artigos 24 da NBCT 16.6:

a Demonstração do Fluxo de Caixa apresenta a movimentação financeira histórica da entidade pública, programa, projeto, fundo ou outra unidade de acumulação relevante, permitindo aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças e impacto da capacidade da entidade de manter o regular financiamento dos serviços públicos sob sua responsabilidade, bem como outros cenários de solvência, liquidez e graus de probabilidade da permanência de itens que representam entradas e saídas de caixa. (CFC, 2013)

A Demonstração de Fluxo de Caixa evidencia a movimentação financeira do caixa ou equivalente ocorrida no período. Mauss (2012) afirma que esta é complementar ao Balanço Financeiro.

Também a NBCT 16.6, em seu art. 22, informa que a DMPL “tem por objetivo apurar o resultado patrimonial e evidenciar as variações patrimoniais qualitativas e quantitativas resultantes e independentes da execução orçamentária” (CFC, 2013). Assim, demonstra a modificação da riqueza ocorrida no período.

Mattias e Campello (2000) afirmam que as funções básicas do administrador financeiro municipal são: acompanhar e interferir na arrecadação das receitas e autorizar e realizar o pagamento das despesas, determinar e definir uma estrutura de capital adequada, decidir entre alternativas de investimentos e equacionar a capacidade de investimento da administração. Assim, as técnicas de análise dos demonstrativos financeiros são importantes ferramentas para auxiliar no cumprimento das suas funções.

## **2.2 Análise Financeira Municipal**

A análise financeira pode ser realizada através da verificação das demonstrações publicadas pelo município. Iudicibus (2007 p. 5) define a análise de balanços como “[...] arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relativos contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso”.

A prática de verificar o desempenho da organização é muito utilizada por empresas particulares. Diante da realização de uma análise financeira das demonstrações contábeis, o usuário da informação disponibiliza-se de uma visão quantitativa do desempenho do ente.

A forma de análise aplicada nas demonstrações contábeis municipais proposta por Mauss (2012) estrutura-se nas seguintes dimensões: análise vertical, análise horizontal e análise de indicadores. As diferentes formas de análises são complementares entre si, sendo importante para a obtenção de um diagnóstico mais fidedigno, que as informações quantificadas sejam analisadas em conjunto.

### **2.2.1 Análise Vertical**

A análise vertical objetiva-se em encontrar a relevância dos valores que compõem um grupo de contas, podendo ser representada em valores absolutos ou percentuais. “Este tipo de

análise é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo” (IUDICIBUS, 2007, p. 83).

### 2.2.2 *Análise Horizontal*

Consiste em realizar uma análise temporal a partir da comparação dos valores de uma mesma conta ou grupo em diferentes exercícios, podendo ser utilizada em todos os demonstrativos contábeis. Segundo Assaf Neto (2007, p. 62), a Análise Horizontal “identifica a evolução dos diversos elementos patrimoniais e de resultados ao longo de determinado período de tempo”.

### 2.2.3 *Análises de Indicadores*

Segundo Andrade (2006, p. 325), “a utilização de quocientes extraídos de fórmulas preestabelecidas, que relaciona itens ou grupos de itens entre si, permite ao analista inferir sobre tendências e checar os resultados apurados com índices padrões de resultados”. A análise por indicadores é uma importante ferramenta para apresentar diagnósticos da situação financeira da entidade.

Muss (2012) divide os indicadores nas seguintes categorias: indicadores do grupo de liquidez e capital circulante líquido, indicadores do grupo de atividade ou administração de ativos, indicadores do grupo de endividamento e indicadores do grupo de resultado.

#### 2.2.1.1 *Indicadores de Liquidez e Capital Circulante Líquido*

- a) Capital Circulante Líquido (CCL):

$$\text{CCL} = \text{ativo circulante} - \text{passivo circulante}$$

Análise: “quanto maior, a sobra, melhor, pois trará segurança para o gestor” (MAUSS, 2012 p. 208).

- b) Indicador de Liquidez Corrente (ILC):

$$\text{ILC} = \text{ativo circulante} / \text{passivo circulante}$$

Análise: Muss (2012 apud Guimarães 2004) afirma que quanto maior o ILC, melhor. Se menor que 1,0, demonstra CCL negativo, que é um problema. Caso apresente resultado de 1,0 a 1,9, existe sério risco de inadimplência. Indicador igual a 2,0 é geralmente considerado aceitável e seguro.

- c) Indicador de Liquidez Seca (ILS):

$$\text{ILS} = (\text{ativo circulante} - \text{estoques}) / \text{passivo circulante}$$

Análise: “quanto mais alto, mais a organização será considerada líquida, sendo que o indicador 1,0 ou maior é recomendável” (MAUSS, 2012 p. 209 apud Guimarães 2004).

- d) Indicador de Liquidez Livre (ILL):



$ILL = (\text{ativo circulante} - \text{estoques} - \text{aplicações do RPPS}) / \text{passivo circulante}$

Análise: “da mesma forma que os indicadores de liquidez anteriores, quanto maior melhor. Se superior a 1,0, significa que a entidade terá recursos suficientes para pagar as dívidas” (MAUSS, 2012 p. 210).

e) Indicador de Liquidez Geral (ILG):

$ILG = (AC + ARLP) / (PC + PELP)$

Análise: “se superior a 1,0, significa que terá recursos suficientes para pagar as dívidas. Se inferior a 1,0, precisará contar com receitas futuras para acumular caixa e realizar os pagamentos, ou terá que vender os ativos permanentes” (MAUSS, 2012 p. 2012).

*2.2.2.2 Indicadores do Grupo de Atividade ou de Administração de Ativos (análise da eficiência de gestão)*

a) Avaliação de Ativos Permanentes (indicador de giro de ativos) (GAP):

$GAP = \text{receita orçamentária} / (\text{ARLP} + \text{investimentos} + \text{imobilizado} + \text{intangível})$

Análise: “quanto maior melhor, pois significa que a entidade terá maior eficiência no uso dos seus ativos de longo prazo” MAUSS (2012, p. 211).

b) Giro do Ativo Total (GAT):

$GAT = \text{receita orçamentária} / \text{ativo real total}$

Análise: Segundo Mauss (2012 apud Gitman 2004), quanto maior, mais vezes a receita poderá recomprar o ativo e de forma mais eficiente seus ativos estão sendo usados para gerar receitas. Logo, quanto mais alto, melhor. Portanto, aliado ao indicador anterior, este também visa medir a eficiência no uso de seus ativos, com a diferença de que este relaciona todos os ativos, inclusive o ativo circulante.

c) Eficiência de Cobrança

Índice de cobrança de créditos (ICC) = cobranças realizadas do contas a receber / estoque de créditos a receber.

Ou

Índice de cobrança sobre receita (ICRC) = cobranças realizadas do contas a receber / receita orçamentária corrente

Análise: “quanto maior melhor. Avalia quanto as cobranças de créditos representam do total da receita arrecadada no período e do total do estoque de créditos a receber para indicar se esse valor é representativo o geral” (MAUSS, 2012, p. 212).

d) Imobilização do PL (IPL):

$IPL = (\text{investimento} + \text{imobilizado} + \text{intangível}) / \text{patrimônio líquido}$

Análise: “Quanto menor melhor, o que significa que a entidade não tem usado o seu PL imobilizado a longo prazo. Isso se justifica que a entidade não tem o interesse de vender tais ativos e transformá-los em dinheiro para pagar dívidas ou financiar sua atividade” (MAUSS 2012, p. 212).

*2.2.1.3 Indicadores do Grupo de Endividamento*

a) Indicador de Endividamento Geral (IEG):

$IEG = \text{passível exigível total} / \text{ativo total}$

Análise: “quanto mais alto o IEG maior é o volume de capital de terceiros (grau de endividamento) usado para financiar a organização, e maior é a alavancagem financeira” (MAUSS 2012, p. 2014).

b) Indicador de Garantia de Capital de Terceiros (IGCT):

$IGCT = (PC + PELP) / \text{patrimônio líquido}$

Análise: “se o indicador for maior que 1, significa um maior grau de dependência financeira em relação aos recursos e terceiros. Portanto, quanto menor, melhor” (MAUSS, 2012, p. 214).

c) Indicador de Composição de Endividamento (ICE):

$ICE = PC / (PC + PELP)$

Análise: “quanto menor, melhor. Se o indicador for maior que 1, indica que o endividamento maior é de curto prazo, o que não é bom pois há uma concentração do seu endividamento no PC e terá que ser pago até o final do próximo ano” (MAUSS 2012, p. 2014).

d) Indicador de Comprometimento de Longo Prazo

$\text{Comprometimento de LP} = (PC + PELP) / RCL$

Análise: “quanto menor, melhor ou mais saudáveis estão as finanças públicas e com mais sobra para novos investimentos e o custeio da máquina pública” (MAUSS 2012, p. 2015).

e) Indicador de Comprometimento de Curto Prazo

$\text{Comprometimento de CP} = PC / RCL$

Análise: Mauss (2012) informa ao gestor quanto de sua Receita Corrente Líquida (RCL) será necessário para pagar seus débitos até o final do ano seguinte, sendo complemento ao indicador de liquidez, por que evidencia quanto da arrecadação líquida corrente terá que ser destinado para custear suas dívidas de curto prazo. Quanto menor, melhor. Afirma ainda Mauss (2012) afirma que esse montante corresponde em média a 5% a RCL

#### 2.2.1.4. Indicadores do Grupo de Resultado

a) Resultado Patrimonial (RP):

$RP = \text{variação patrimonial ativa} / \text{variação patrimonial passiva}$

Análise: “quanto maior, melhor, pois indica qual foi a sobra patrimonial total a entidade no período. Em outras palavras, mostra o crescimento ou redução do PL realizada pelo gestor” (MAUSS 2012, p. 216).

## b) Resultado Financeiro (RF):

$$RF = \text{saldo em caixa do vínculo} - \text{saldo em despesas a pagar o vínculo}$$

Análise: “o ideal é que seja zero, porque daí o gestor terá aplicado todos os recursos disponíveis na consecução dos objetivos públicos” (MAUSS, 2012, p. 217).

## c) Resultado Orçamentário (RO):

$$RO = \text{receita orçamentária} / \text{despesa orçamentária}$$

Análise: Mauss (2012) afirma que o valor ideal é 1,0, ou seja, todo recurso arrecadado foi gasto no ano e aplicado em benefício da sociedade. Porém não pode demonstrar valor inferior a 1,0, que representará um gasto maior que a arrecadação. Exceto se houver superávit financeiro de anos anteriores, aumentando o orçamento da despesa do ano corrente.

## d) Margem bruta orçamentária (MBO):

$$MBO = (\text{receita orçamentária} - \text{despesa orçamentária}) / \text{receita orçamentária total}$$

Análise: “o ideal é que seja 1. Se for positivo indica qual foi a sobra de arrecadação total da entidade no período. Em outras palavras, mostra a economia de arrecadação realizada pelo gestor” (MAUSS, 2012, p. 219).

## e) Retorno do Ativo Total (ROA)

$$ROA = \text{resultado patrimonial} / \text{ativo total}$$

Análise: “quanto mais alto, melhor, pois indica quanto que os ativos gerando resultado patrimonial” (MAUSS, 2012, p. 219).

## f) Retorno do capital próprio (ROE)

$$ROE = \text{resultado patrimonial} / \text{patrimônio líquido}$$

Análise: “quanto mais alto for, melhor, porque indica quanto que o PL foi aumentado pelo resultado patrimonial gerado pelos ativos” (MAUSS, 2012, p. 220 APUD SILVA 1999).

## g) Retorno Patrimonial (Retorno):

$$\text{Retorno} = \text{resultado patrimonial} / \text{receita orçamentária total}$$

Análise: “quanto maior, melhor, porque indica que um valor maior que de receita foi investido em ativos, que se transformou em resultado patrimonial e aumentou o PL” (MAUSS, 2012, p. 220).

### 3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Beuren *et. al.* (2008) define tipologias de delineamentos de pesquisas aplicadas no ramo da ciência contábil. Assim define-se três categorias: pesquisa quanto aos objetivos, que contempla a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa; pesquisa quanto aos procedimentos, que aborda o estudo de caso, o levantamento, a pesquisa bibliográfica,

documental, participativa e experimental; e a pesquisa quanto a abordagem do problema, que compreende a pesquisa qualitativa e a quantitativa.

A presente pesquisa, quanto aos objetivos, classifica-se como descritiva, por descrever as características financeiras da gestão pública do município de Fortaleza. Na visão de Beuren *et. al.* (2008, p. 81 apud Gil 1999), “a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Quanto aos procedimentos, classifica-se como um estudo de caso, por fazer um estudo relacionado ao cenário apresentado em um município. Segundo Yin (2005, p. 32), um estudo de caso é “uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real”, dando a oportunidade ao pesquisador de analisar uma situação a partir de resultados não manipulados.

Ainda quanto aos procedimentos, utilizou-se da pesquisa bibliográfica como ferramenta. Segundo Vergara (2007, p. 48), “pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. Logo, utilizou-se dessa ferramenta por basear-se na possibilidade de análise apresentada por Muss (2012), sendo feita uma escolha por conveniência dos indicadores apresentados no referencial teórico.

Os dados utilizados foram retirados do FINBRA e dos Balanços Gerais dos períodos, sendo o primeiro baixado do site do Tesouro Nacional e os segundos do site da Secretaria e Finanças do município de Fortaleza. Por isso, também se utilizou da pesquisa documental como procedimento, pois esta “consiste na realização do trabalho monográfico tendo como referência a leitura, a análise e a interpretação de documentos existentes acerca de um determinado fenômeno” (BERTUCCI, 2009, p. 57).

Em relação à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois buscou-se apresentar uma análise visando aumentar o conhecimento do leitor em relação ao tema estudado, além de não serem utilizados métodos estatísticos. Conforme Barbosa (2001, p. 268), “a qualitativa é aquela que identifica a presença de algo, enquanto a quantitativa procura medir o grau em que algo está presente”. Oliveira (2002, p. 116) diferencia a abordagem qualitativa da quantitativa “[...] pelo fato de não empregar dados estatísticos como centro do processo de análise do problema”.

## **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **4.1. Análise Vertical e Horizontal**

A tabela 1 apresenta os resultados mais relevantes da análise vertical e horizontal das contas patrimoniais. É importante salientar que as contas do balanço patrimonial foram reestruturadas para adequar o demonstrativo à análise apresentada por Muss (2012), ficando de maneira distinta da imposta pela legislação, consequentemente possuindo apenas caráter gerencial.

Tabela 1 – Apresentação da AV % e AH % das contas patrimoniais

Descrição	Análise Vertical ( % )				Análise Horizontal ( % )			
	2009	2010	2011	2012	2010/2009	2011/2010	2012/2011	2012/2009
<b>ATIVO</b>								
Ativo Circulante	31,57 %	34,88 %	36,39 %	36,73 %	23,43 %	19,94 %	15,94 %	71,63 %
Ativo Financeiro	31,27 %	32,97 %	34,04 %	36,03 %	17,83 %	18,68 %	21,62 %	70,06 %
Realizável a CP.	0,31 %	1,91 %	2,35 %	0,69 %	589,52 %	41,72 %	-66,19 %	230,37 %
Ativo não Circulante	68,43 %	65,12 %	63,61 %	63,27 %	6,34 %	12,29 %	14,26 %	36,45 %
Realizável a LP.	42,04 %	39,42 %	39,78 %	40,52 %	4,78 %	16,01 %	17,01 %	42,23 %
Dívida Ativa	41,95 %	39,39 %	39,76 %	40,52 %	4,94 %	16,02 %	17,07 %	42,53 %
Permanente	26,39 %	25,70 %	23,83 %	22,75 %	8,83 %	6,59 %	9,68 %	27,23 %
Investimentos	9,79 %	9,25 %	8,16 %	7,34 %	5,57 %	1,49 %	3,20 %	10,57 %
Imobilizado	16,60 %	16,45 %	15,66 %	15,42 %	10,75 %	9,46 %	13,06 %	37,05 %
<b>Ativo Real</b>	<b>100,00 %</b>	<b>100,00 %</b>	<b>100,00 %</b>	<b>100,00 %</b>	<b>11,74 %</b>	<b>14,96 %</b>	<b>14,87 %</b>	<b>47,56 %</b>
<b>PASSIVO</b>								
Passivo Circulante	8,27 %	11,07 %	9,36 %	3,56 %	49,57 %	-2,82 %	-56,27 %	-36,44 %
Exigível a LP.	14,49 %	12,48 %	15,05 %	16,54 %	-3,79 %	38,62 %	26,27 %	68,39 %
Passivo Real	22,76 %	23,55 %	24,40 %	20,10 %	15,60 %	19,13 %	-5,38 %	30,30 %
Patrimônio Líquido	77,24 %	76,45 %	75,60 %	79,90 %	10,60 %	13,67 %	21,41 %	52,64 %
<b>Passivo Total</b>	<b>100,00 %</b>	<b>100,00 %</b>	<b>100,00 %</b>	<b>100,00 %</b>	<b>11,74 %</b>	<b>14,96 %</b>	<b>14,87 %</b>	<b>47,56 %</b>

Fonte: dados da pesquisa (2013)

#### 4.1.1. Análise Vertical

A análise vertical revela uma tendência de alocação de recursos no curto prazo. Fato justificado pelo aumento a cada ano da representatividade ativo circulante, que é composto principalmente por ativos financeiros, em relação ao ativo real.

Em relação aos ativos de longo prazo, é importante ressaltar a dívida ativa, sendo a conta de ativo mais relevante em todos os anos. Verificando o ativo permanente, percebe-se uma diminuição do seu percentual em relação ao ativo real de 26,39% em 2009 para 22,75% em 2012, sendo o imobilizado sua conta mais representativa em todos os anos.

Em relação ao passivo circulante, apesar do aumento da sua proporção em 2010, apresentou uma significativa diminuição, caindo de 8,27% em 2009 para 3,56% em 2012. Outro fato que favorece a liquidez do município, apesar do aumento da participação do exigível de longo prazo no passivo total, que passou de 14,49% em 2009 para 16,54% em 2012. A dívida de longo prazo foi maior que a de curto prazo em todos os períodos.

Em termos gerais, a dívida total de curto e longo prazo teve sua representatividade em relação ao total do passivo reduzida de 22,76% em 2009 para 20,10% em 2012, o que influenciou diretamente no aumento do patrimônio líquido de 77,24% para 79,9%

#### 4.1.2. Análise Horizontal

Analisou-se o período de 2009 a 2012 por meio de diversas observações e comparações temporais, demonstrando que o ativo real da prefeitura de Fortaleza cresceu 47,56% no período em análise, sendo 11,74%, 14,96% e 14,87% respectivamente em relação ao ano anterior em 2010, 2011 e 2012.

No que tange a saúde financeira do ente, verifica-se que o gestor promoveu um aumento do realizável em curto prazo, pois o ativo circulante foi aumentado em 71,63% de 2009 para 2012, sendo maior que a evolução de 36,45% do ativo não circulante.

Analisando os ativos de longo prazo, destaca-se o aumento da dívida ativa em 42,53% de 2009 para 2012, e a evolução do imobilizado em 37,05% no mesmo período. Foram esses fatores que mais contribuíram para o crescimento de 42,23% realizável a longo prazo.

Em relação aos passivos, observa-se um decréscimo em 36,44% do passivo de curto prazo e um crescimento do de longo prazo de 68,39% de 2009 para 2012. Analisando as obrigações de curto e longo prazo em conjunto, constatou-se um aumento de 30,3% do passivo real no período.

O crescimento do ativo em maior proporção que as obrigações resultou no incremento do patrimônio líquido em 52,62% no intervalo analisado, o que significa mais de R\$ 897 milhões em termos absolutos.

## 4.2 Análise de Indicadores Estruturais

### 4.2.1 Indicadores de Liquidez e Capital Circulante Líquido

A tabela 2 apresenta os resultados dos indicadores de liquidez e capital circulante líquido:

**Tabela 2 – Indicadores do Grupo de Liquidez e Capital Circulante Líquido**

Quocientes	2009	2010	2011	2012
CCL	R\$ 514.288.734,85	R\$ 587.068.427,41	R\$ 766.235.931,06	R\$ 1.079.915.432,02
ILC	3,82	3,15	3,89	10,31
ILS	3,78	2,98	3,82	10,12
ILL	1,69	1,29	1,66	3,6
ILG	3,23	3,16	3,12	3,84

Fonte: dados da pesquisa (2013)

#### 4.2.1.1 Capital Circulante Líquido

Observa-se um capital circulante líquido positivo em todos os anos analisados. Apresentou um aumento de mais de R\$ 560 milhões durante a análise, terminando 2012 em mais de R\$ 1.079 bilhões. Justifica-se esse resultado pelo fato do ativo circulante ter aumentado mais que o passivo circulante, demonstrando maior folga financeira no curto prazo.

#### 4.2.1.2 Índice de Liquidez Corrente

Em todos os períodos analisados este indicador foi superior a 2,0, sendo considerado aceitável. Observando a tabela 1, percebe-se que em 2010 as obrigações de curto prazo aumentaram 49,57% enquanto o ativo circulante cresceu 23,43% explicando a queda do índice em relação a 2009. Em 2012, a elevação do índice ocorreu pela redução a menos da metade da despesa de curto prazo e pelo aumento de 15,94% do ativo circulante em relação ao ano anterior.

#### 4.2.1.3 Índice de Liquidez Seca

É importante ressaltar que no âmbito municipal os estoques não ficam disponíveis para venda, por isso considera-se relevante a apresentação da tal índice. No caso da Prefeitura de Fortaleza, a relevância dos estoques é pequena no contexto geral, não influenciando de forma significativa nos indicadores.

#### 4.2.1.4 Índice de Liquidez Livre

Os valores considerados como aplicações do regime de previdência foram os saldos das contas do Instituto de Previdência do Município de Fortaleza (IPM- PREVI FOR), retirados dos balanços gerais, já que o HNBRA não apresentava tais valores. Em todos os anos estudados, o ILL foi maior que 1,0. Logo, retirando as aplicações do RPPS, que só podem ser utilizadas para custear aposentadorias e pensões futuras, o município ainda possui recursos suficientes no curto prazo para saldar suas dívidas, em todos os períodos.

#### 4.2.1.5 Índice de Liquidez Geral

Nos quatro exercícios, apresentaram-se valores acima de 1,0, demonstrando que a entidade tem seu financiamento realizado mais com recursos próprios do que com de terceiros. Em todos os períodos analisados, para cada R\$ 1,00 de obrigações a quitar, existem R\$ 3,0 de valores a receber. Apesar do decréscimo, em 2010 e 2011, recuperou-se em 2012, tornando o resultado maior que 2009.

### 4.2.2 Indicadores de Atividade

Na Tabela 4 estão dispostos os resultados dos indicadores de atividade.

**Tabela 3 – Indicadores do Grupo de Atividade**

Quocientes	2009	2010	2011	2012
Indicador GAP	2,63	2,87	2,89	2,85
Indicador GAT	1,36	1,40	1,39	1,36
IPL	0,34	0,35	0,32	0,28

Fonte: dados da pesquisa (2013)

#### 4.2.2.1 Indicador de giro dos ativos permanentes

Em 2009, a administração pública terminou o período podendo comprar 2,63 vezes os ativos de longo prazo, enquanto terminou, em 2012, podendo comprar 2,85 vezes esses mesmos ativos. Logo, de maneira geral, o município apresentou uma melhora na eficiência da utilização de seus ativos de longo prazo, apesar da pequena involução no último ano. O aumento mais expressivo do índice ocorreu em 2010, apresentando pequenas variações nos anos subsequentes.

#### 4.2.2.2 Índice de giro dos ativos totais

Apresentou um pequeno acréscimo no segundo ano, vindo a decrescer nos anos subsequentes e igualando-se ao inicial no último período. As receitas, em 2009 e 2012, possuíam capacidade de comprar 1,36 seus respectivos ativos reais totais. Analisando em conjunto com o GAP, percebe-se novamente a tendência de alocação de recursos nos ativos de curto prazo.

#### 4.2.2.3 Imobilização do PL

Percebe-se que houve uma positiva evolução durante os períodos analisados. Em 2012, todo o investimento feito em ativos permanentes pode ser realizado com capital próprio e comprometeu apenas 28% do patrimônio líquido, enquanto em 2009 comprometeu a 34%

#### 4.2.3 Indicadores de Endividamento

Na tabela 5 estão dispostos os resultados dos indicadores de endividamento calculados na pesquisa.

**Tabela 4 – Indicadores do Grupo de Endividamento**

Quociente	2009	2010	2011	2012
IEG	0,23	0,24	0,24	0,20
IGCT	0,29	0,32	0,32	0,25
ICE	0,36	0,47	0,38	0,18
Comprormento L.P.	0,19	0,19	0,20	0,16
Comprormento C.P.	0,07	0,09	0,08	0,03

Fonte: dados da pesquisa (2013)

##### 4.2.3.1 Indicador de endividamento geral

Apresentou-se relativamente constante nos três primeiros anos, caindo no último. Em 2012, a cada R\$ 1,00 investido no ativo, R\$ 0,20 foi realizado com dívidas. Em 2010, a cada R\$ 1,00 investido no ativo, R\$ 0,23 foi realizado com capital de terceiros. Levando em consideração os resultados apresentados na tabela 1, percebe-se que o crescimento dos ativos não está sendo prejudicado pelo decréscimo do percentual da sua realização por capital de terceiros.



#### 4.2.3.2 Indicador de garantia de capital de terceiro

Apesar da piora no segundo ano, terminou o último período analisado com índice melhor que o primeiro. Em 2012, a dívida da entidade comprometeu apenas 25% do PL, já que a relação é de R\$ 0,25 de dívida para R\$ 1,00 de PL, enquanto que, em 2009, comprometeu 29%

#### 4.2.3.3 Indicador de composição do endividamento

Em 2012, a cada R\$ 1,00 da dívida total, apenas R\$ 0,18 é de curto prazo. Considerando a mesma proporção, em 2009, tinha-se R\$ 0,36 de dívida de curto prazo. Logo houve uma evolução do índice considerando o início e o final do mandato, mostrando mais segurança para a entidade, apesar da significativa piora em 2010.

#### 4.2.3.4 Indicador de comprometimento de longo prazo

Quanto menor, mais sobras para novos investimentos e para o custeio da máquina pública existem. Dessa maneira, na visão geral do período, houve uma melhora, pois a cada R\$ 1,00 real arrecadado, em 2008, R\$ 0,19 estava comprometido com obrigações de longo prazo, enquanto em 2010 estava comprometido apenas R\$ 0,16. Nos três primeiros anos, apresentou tendência a permanecer constante, variando apenas 0,01 pontos percentuais em 2011.

#### 4.2.3.5 Indicador de comprometimento de curto prazo

Nos três primeiros anos, apresentaram-se percentuais da receita corrente líquida acima da média, mas houve um considerável decréscimo em 2012. No último ano, a cada R\$ 1,00 da receita corrente líquida R\$0,03 teve que ser destinado para o pagamento das obrigações de curto prazo.

### 4.2.4 Indicadores de Resultado

A tabela abaixo apresenta os indicadores do grupo de resultado calculados na pesquisa.

**Tabela 5 – Indicadores do Grupo de Resultado**

Quocientes	2009	2010	2011	2012
Margem bruta orçamentária	0,04	0,04	0,02	0,07
Retorno patrimonial	0,07	0,06	0,06	0,10
Retorno do ativo total	0,10	0,08	0,08	0,14
Retorno do capital próprio	0,13	0,11	0,11	0,18
Resultado orçamentário	1,03	1,02	1,01	1,01
Resultado Patrimonial	1,05	1,04	1,04	1,07

Fonte: dados da pesquisa (2013)

#### 4.2.4.1. *Margem bruta orçamentária*

Mantve-se constante em 2010, caindo em 2011 e apresentando um considerável aumento em 2012. O resultado mostra que de cada R\$ 1,00 de receita arrecadada, foram economizados R\$ 0,04 em 2009 e R\$ 0,07 em 2012, o que mostra um aumento na economia de receita, apesar da oscilação. Mesmo com a economia de arrecadação em todos os períodos, apresenta-se em todos os anos resultados abaixo de 1,0, que é o ideal.

#### 4.2.4.2. *Retorno patrimonial*

Em todos os anos, o resultado patrimonial contribuiu para aumentar o patrimônio líquido, tendo menor contribuição em 2010 e 2011. A relação que era de R\$ 1,00 de patrimônio líquido, para R\$ 0,07 de resultado patrimonial em 2009, passou para R\$ 0,10 em 2012. Logo, evidencia-se uma melhora no período em análise.

#### 4.2.4.3. *Retorno do ativo total*

Evidencia que a cada R\$ 1,00 investido em ativos, resultaram em superávit patrimonial R\$ 0,10 em 2009 e R\$ 0,14 em 2012, aumentando consequentemente o PL. Em 2010, houve uma queda de dois pontos percentuais, mantendo-se constante em 2011. Dessa maneira, evidencia-se que, em 2012, obteve-se maior eficiência na utilização dos ativos.

#### 4.2.4.4. *Retorno do capital próprio*

Observa-se uma queda da relevância do resultado patrimonial no valor do patrimônio líquido em dois pontos percentuais em 2010, mantendo-se constante em 2011 e crescendo significativamente em 2012. A relação que era de R\$ 1,00 de patrimônio líquido para R\$ 0,13 de resultado patrimonial em 2008, passou para R\$ 0,18 em 2012. Logo, a gestão terminou o mandato conseguindo utilizar de maneira mais competente o capital próprio, em detrimento da obtenção do resultado patrimonial.

#### 4.2.4.5. *Resultado orçamentário*

Demonstra um superávit orçamentário em todos os períodos, por ser maior que 1,0, mas a economia de receita caiu de 3% para 2% em 2010, voltando a cair para 1% em 2011 e mantendo-se em 2012. Fica demonstrado que está aplicando mais receitas orçamentárias em despesas.

#### 4.2.4.6. *Resultado Patrimonial*

Caiu um ponto percentual em 2010, mantendo-se constante em 2011 e obteve um importante crescimento em 2012. O crescimento do último período deu-se pelo aumento do superávit financeiro e maior proporção que a receita, o que demonstra uma maior eficiência na gestão.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise horizontal e vertical, observa-se que o crescimento dos ativos foi maior que o crescimento do passivo real, apresentando uma tendência de investimentos em

ativos de curto prazo. Esse fato contribuiu com o aumento do capital circulante líquido. Como consequência ocorreu uma evolução dos índices de liquidez, apesar da piora em 2010, chegando o município a dispor em 2012 de mais de R\$ 10,00 do ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo. Mesmo excluindo os estoques e os recursos do IPM PREVI FOR ainda é indicada uma segurança financeira no curto prazo.

Pode-se afirmar que a liquidez também foi beneficiada pela redução dos indicadores de endividamento e em 2012, que evidencia a tendência de realizar investimento e mativos com capital próprio, não prejudicando o incremento de recursos nos bens e direitos do município, e pela transferência das dívidas de curto para longo prazo. Fato que reforça a prudência do gestor.

Analisando os indicadores do grupo de atividade, observa-se que em 2012 foi melhorada a utilização dos ativos de longo prazo e o benefício do total da receita orçamentária, demonstrando eficiência no uso de suas instalações e equipamentos. Considerando os ativos totais, apresenta-se uma tendência de estabilidade, explicada pelo maior crescimento e percentual do ativo circulante que da receita orçamentária.

É importante ressaltar que existe uma tendência de maior crescimento e percentual do capital próprio do que ativos permanentes, demonstrando também uma melhor eficiência da gestão financeira, justificada pelo fato do município não ter interesse em vendê-los para pagar dívidas ou financiar sua atividade. Também é relevante destacar que no final da gestão o comprometimento do patrimônio líquido com dívidas do município era menor que no primeiro exercício.

Quanto aos resultados, evidencia-se uma recuperação do superávit patrimonial em 2012. Em termos absolutos, significa R\$ 235,5 milhões de incremento entre 2009 e 2012, que contribuiu para o aumento do PL em 52,64% correspondendo a R\$ 897 milhões. Tal fato ajudou o patrimônio líquido aumentar sua representatividade e relações ao total do passivo.

O crescimento do resultado patrimonial foi mais representativo que do ativo total e do patrimônio líquido em 2012. Fato que explica a evolução do retorno do ativo total e do capital próprio.

Em relação ao resultado orçamentário, percebe-se que o superávit orçamentário vem diminuindo, ficando 0,01 em 2011 e 2012. Demonstra-se uma preocupação com o uso da quase totalidade dos recursos disponíveis, sendo aplicados em despesas.

Diante do exposto, podemos afirmar que, apesar de oscilações desfavoráveis de alguns índices, segundo a análise realizada a situação financeira de Fortaleza melhorou durante o período, sendo apresentada maior evolução em 2012. Melhor esta que foi beneficiada principalmente pelo aumento da liquidez, destacando-se a de curto prazo, melhorando dos índices de endividamento, otimização da eficiência de gestão dos ativos, principalmente os de longo prazo, e pela evolução do superávit patrimonial, melhorando o retorno do capital próprio e do ativo total.

É importante ressaltar que análise financeira não permite avaliar os benefícios para a sociedade das ações realizadas pelo gestor, mas se configura como um instrumento de gestão que pode contribuir para a tomada de decisões, trazendo informações que pode auxiliar o gestor na utilização dos recursos financeiros do município.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ARAÚJO Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade Pública: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2004.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BARBOSA, Arnaldo Parente Leite. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2001.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia para elaboração de trabalhos de conclusão de curso (TCC): ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação *lato sensu***. São Paulo: Atlas, 2009.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas 2008

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constitucao/constitucao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constitucao.htm)>. Acesso em 07 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4320**, de 17 de março de 1964. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14320compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320compilado.htm)>. Acesso em 07 de jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 101**, de 04 de maio de 2000. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em 07 de jun. de 2013.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução Nº 1133**, de 12 de novembro 2008. Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis. Disponível em <[http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/resolucoes/Res1133.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1133.htm)>. Acesso em 18 de jun. de 2013.

FREIRE, Fátima de Souza et. al. **Finanças Públicas Municipais: indicadores de desempenho fiscal do nordeste brasileiro**. Fortaleza: UFC, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAUSS, César Volnei Mauss. **Análise das Demonstrações Contábeis Governamentais: instrumento de suporte à gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2012.

MATIAS, Alberto Borges; CAMPELLO, Carlos A. G. B. **Administração Financeira Municipal**. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Silviio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisa TQ, TCC, monografias dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Foneira Thomson Learning, 2002.

SEFINFORTELEZA CE. **Balanco Geral 2009**. Disponível em <[http://www.sefinfortealeza.ce.gov.br/responsabilidade\\_fiscal/gerados/Balanco\\_2009.pdf](http://www.sefinfortealeza.ce.gov.br/responsabilidade_fiscal/gerados/Balanco_2009.pdf)>. Acesso em 29 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Balanco Geral 2010**. Disponível em <[http://www.sefinfortealeza.ce.gov.br/responsabilidade\\_fiscal/gerados/Balanco\\_2010.pdf](http://www.sefinfortealeza.ce.gov.br/responsabilidade_fiscal/gerados/Balanco_2010.pdf)>. Acesso em 29 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Balanco Geral 2011**. Disponível em <[http://www.sefinfortealeza.ce.gov.br/responsabilidade\\_fiscal/gerados/Balanco\\_2011.pdf](http://www.sefinfortealeza.ce.gov.br/responsabilidade_fiscal/gerados/Balanco_2011.pdf)>. Acesso em 29 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Balanco Geral 2012**. Disponível em <[http://www.sefinfortealeza.ce.gov.br/responsabilidade\\_fiscal/gerados/Balanco\\_2012.pdf](http://www.sefinfortealeza.ce.gov.br/responsabilidade_fiscal/gerados/Balanco_2012.pdf)>. Acesso em 29 set. 2013.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **FINBRA – Dados Contábeis dos Municípios – 2009**. Disponível em <[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/)>. Acesso em 01 de mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Tesouro Nacional. **FINBRA – Dados Contábeis dos Municípios – 2010**. Disponível em <[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/)>. Acesso em 01 de mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Tesouro Nacional. **FINBRA – Dados Contábeis dos Municípios – 2011**. Disponível em <[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/)>. Acesso em 01 de mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Tesouro Nacional. **FINBRA – Dados Contábeis dos Municípios – 2012**. Disponível em <[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/)>. Acesso em 01 de mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Tesouro Nacional. **PORTARIA Nº 751**, de 16 de dezembro de 2009.

SLOMSKI, Valmor *et d.* **Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa e administração**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.